

O Senado

10 AGO 1989

apóia essa idéia. Mas...

JORNAL DA TARDE

A comissão da dívida externa do Senado aprova a decisão do governo de manter um nível mínimo e US\$ 6 bilhões de reservas internacionais, mas considera que faltou firmeza ao governo Sarney na condução da política de renegociação da dívida externa. As conclusões fazem parte de relatório do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), que será entregue hoje à comissão de finanças do Senado.

O relatório aponta para a volta das condições que levaram

o País à moratória no início de 87, embora o ministro Maílson da Nóbrega tenha se empenhado em seguir uma política oposta àquela defendida pelo ex-ministro Dílson Funaro, titular da pasta da Fazenda na época. "De novo as circunstâncias, e não a estratégia política, forçarão o País a medidas 'duras'", afirma o relatório, notando que a centralização do câmbio, o atraso no pagamento dos juros e uma nova moratória "técnica" já surgem no horizonte.

"Só uma negociação polí-

tica, a ser conduzida pelo novo presidente eleito e apoiada pelo País, permitirá redefinir a questão da dívida em termos justos", prossegue o documento. O relatório propõe um esforço de redução da dívida (juros reais e amortizações), que diminua o nível de remessas ao Exterior, e repudia o ajuste excessivo que continua a ser defendido pelo Fundo Monetário Internacional e por outras organizações multilaterais.

Quanto ao momento atual, o documento observa que

os banqueiros esperam o governo brasileiro para reiniciar as negociações, mas "têm consciência dos riscos de instabilidade e querem evitar situações como os casos recentes da Venezuela e da Argentina". O relatório, que não será sujeito à votação no Senado, finaliza registrando a solidariedade aos demais países latino-americanos na busca de uma "saída digna", depois de manifestar o apoio às medidas propostas no Plano de Emergência entregue ao presidente Sarney.